

<ul style="list-style-type: none"> •O Maranhão fez uma comunicação integrada entre o geral e o específico. •Falta de planejamento estratégico de comunicação dos estados do Nordeste e da Amazônia. 	MARKETING	<ul style="list-style-type: none"> •O Maranhão é pouco conhecido. •Inexistência do Maranhão como oferta turística. •O orçamento de marketing do Maranhão. •Oferta escassa do artesanato. •Oferta precária de restaurantes típicos.
<ul style="list-style-type: none"> •O setor turístico e as instituições têm vontade de melhorar ou mudar. 	OPINIÃO INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de consciência da importância do turismo. •Desconhecimento do próprio Estado. •Falta de orgulho do patrimônio histórico-cultural e natural. •Abandono dos centros históricos.
<ul style="list-style-type: none"> •Prodetur e Proecotur. •Parcerias com a Embratur. •Política de desenvolvimento geral do Estado. •Presença na mídia brasileira nos últimos anos. 	TURISMO ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de planejamento turístico integral: desenvolvimento e marketing.

Tabela 7: Análise F.O.F.A. do Maranhão
 Fonte: MARANHÃO, 1999, p. 69 - 70

Mediante todas as informações coletadas, passa-se para a estratégia e desenvolvimento, onde são definidos os objetivos, metas, diretrizes, programas do Plano Maior.

Os objetivos do Plano para todos os pólos, referem-se ao desenvolvimento turístico sustentável que por sua vez, está sustentado em quatro pilares: turista satisfeito; retorno dos investimentos; mínimos impactos culturais e ambientais negativos e cidadão satisfeito. Comparando-se com os conceitos levantados no capítulo 2, encontra-se no Plano Maior um conceito diferenciado que aborda a questão do turista satisfeito e do retorno dos investimentos, onde o primeiro foi destacado pelo WTO (2004) como positivo e fomentar da prática do turismo sustentável e o último está focado no lado econômico do turismo, que foi colocado por Dias (2003b). Pois até o momento os conceitos não abordavam a percepção do turista, mas somente da população local.

É esperado que o Plano Maior contribua para o Maranhão das seguintes formas:

- alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada (em números de turistas);
- conscientizar a sociedade quanto aos benefícios sociais do turismo de qualidade;
- criar uma imagem turística do Maranhão;
- aumentar o fluxo turístico.

A formulação de metas baseia-se na idéia central do desenvolvimento turístico e sustentável do Maranhão e estão em curto e a longo prazo, enfocando no turismo de qualidade. Duas são as fases temporais:

- 2000 – 2002: fase de estruturação da qualidade Maranhão;
- 2003 – 2010: fase de consolidação da qualidade Maranhão.

Na primeira fase, os trabalhos estão orientados aos investimentos para fazer acontecer e na segunda fase o retorno dos investimentos. Algumas características do trabalho de Beni anteriormente ressaltadas e definições da OMT ajudam na compreensão da questão da integridade ambiental, o uso correto dos recursos, a permanente monitoração e onde esses fatores ajudam alcançar a qualidade turística desejada.

Os objetivos específicos da fase de estruturação são:

- a) Investimento na infra-estrutura e serviços públicos;
- b) Investimento nos hotéis, restaurantes e outros serviços turísticos;
- c) Investimento na criação da imagem do turismo no Maranhão;
- d) Investimento na sensibilização da comunidade e na melhoria da qualidade do atendimento turístico.

As metas da fase de estruturação são:

- a) Novos turistas nacionais: 100.000 pessoas;
- b) Novos turistas internacionais: 100.000 pessoas;
- c) Estadia média de 7 dias no Estado;
- d) Gasto direto de turistas nacionais: 75 dólares/dia (gasto médio);
- e) Gasto direto de turistas internacionais: 150 dólares/dia (média do turismo de qualidade).

A fase de consolidação é esperada as seguintes metas:

- a) Número de turistas: 1.500.000
 - turistas nacionais: 1.000.000
 - turistas internacionais: 500.000

b) Receita direta: 1,05 bilhões de dólares.

Essas metas foram realizadas com base na taxa de ocupação da rede hoteleira de São Luis e de estimativa da Sub-Gerência de Turismo e da *Marketing Systems* em 1998, do fluxo de turistas nos outros pólos turísticos.

A partir da definição de desenvolvimento (o que se deseja ter → o que se tem que estruturar → o que se vai promover) que o Plano tem, ele parte para modelos específicos de desenvolvimento de cada pólo turístico, a fim de estruturá-los para alcançarem as metas e objetivos nas duas fases. O modelo de desenvolvimento do pólo 4 (ANEXO 4) segue as mesmas características dos outros pólos, sendo que cada qual baseado na sua estrutura, atrativos, mercado entre outros.

As análises nos levam a compreender que o Plano contempla ações para fins turísticos que por sua vez fundamentam-se em atividades como desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, aumento do fluxo, satisfação do visitante e da população local. É nesse aspecto que a autora Ruschmann (2004) chama atenção quando sugere que essas ações são de responsabilidade do Estado, o qual, segunda ela, tem o papel de criar as leis e zelar pelo seu cumprimento.

A fase II está caracterizada pelo Plano Operacional, que é dividido em Macroprogramas:

- a) Desenvolvimento;
- b) Marketing;
- c) Maior Qualidade;
- d) Sensibilização da Sociedade;
- e) Comunicação (MARANHÃO, 1999).

Em cada macroprograma houve um detalhamento da situação atual, que identificou as necessidades para uma melhor aplicação do Plano Maior no Maranhão.

O Macroprograma de Desenvolvimento considera que para o crescimento turístico do estado do Maranhão, é necessário o desenvolvimento integrado dos aspectos econômicos, sociais, urbanos e a preservação dos recursos naturais. Ele visa promover um crescimento equilibrado dos produtos turísticos e gerar ofertas compatíveis com a infra-estrutura a ser implantada e fomentar um desenvolvimento turístico sustentável, orientado por norma e regulamentos previamente estabelecidos.

O Macroprograma de Desenvolvimento é de interesse para esta pesquisa, por considerar como condição básica para o crescimento turístico do Maranhão o desenvolvimento integrado dos aspectos sociais, econômicos, urbanos e a preservação dos recursos naturais.

Suas estratégias são: promover o desenvolvimento turístico sustentável, gerando o crescimento equilibrado dos produtos turísticos e das ofertas compatíveis com a infra-estrutura a ser implantada; tal crescimento será orientado por programas, subprogramas e ações preestabelecidas; o macroprograma constitui-se de 5 programas e 12 subprogramas básicos (ANEXO 5), dos quais decorrem ações específicas a serem implementadas de acordo com as características e necessidades de cada lugar.

Com esses objetivos e estratégias, foram elaboradas ações para os pólos turísticos e os municípios que o compõe. Estas ações baseiam-se na análise F.O.F.A. e nas pesquisas junto a comunidade local, turistas, empresários entre outros. Portanto estas ações são fundamentais para o desenvolvimento turístico de cada pólo. As ações do macroprograma do município de Cururupu (ANEXO 6) são divididas em infra-estrutura básica e de suporte, planejamento, formação, reestruturação de produtos turísticos atuais e estruturação de novos produtos turísticos.

Sendo que os dois primeiros são de “maior” retorno para a população, pois tratam de projetos que interferem na melhoria de condições de vida do cururupuense, principalmente no sentido “concreto” das obras a serem realizadas. Mas destacamos que a *Marketing Systems* não realizou pesquisas diretamente com a comunidade local, no sentido de identificar suas reais necessidades, e se com o turismo, as mesmas possam ser materializadas.

Por se tratarem de projetos de melhoria do aspecto urbano da cidade, estão indiretamente contribuindo para alguma forma de satisfação da comunidade local, pois irão obter saneamento básico, ruas asfaltadas, sinalização urbana, construção da rodoviária, etc., que são obras básicas que interferem na qualidade de vida. Mas sabemos que existem outros pontos que o turismo pode beneficiar ao longo do tempo, de acordo com a forma que será implantada.

O Macroprograma de *Marketing* está ligado ao de Desenvolvimento, no momento que este aplica as ações de forma prática, criando nomes “vendáveis” para o *trade* turístico. Cada pólo (ANEXO 7) recebeu um nome para marcar as

diferenças entre si. Os nomes foram inspirados nas belezas naturais e culturais já consagradas no turismo regional. São eles:

1. Pólo de São Luís;
2. Pólo do Parque dos Lençóis;
3. Pólo Delta das Américas;
4. Pólo Floresta dos Guarás;
5. Pólo Chapada das Mesas.

Além da reformulação de títulos dos pólos, cada um recebeu a sua marca turística para enfatizar o seu potencial turístico:

1. Pólo de São Luís: *Expressão do Maranhão*;
2. Pólo do Parque dos Lençóis: *O único deserto do mundo com milhares de lagoas*;
3. Pólo Delta das Américas: *A biodiversidade do único delta em mar aberto*;
4. Pólo Floresta dos Guarás: *Mar, embarcações e Amazônia*;
5. Pólo Chapada das Mesas: *Duas opções - lazer ou aventura*.

O Macroprograma de *Marketing* se encarregou de passar uma mensagem positiva e global do Maranhão para o *trade* turístico e para possíveis clientes, criando a marca turística “Maranhão. O segredo do Brasil”. Com isso o *marketing* cumpriu a tarefa de divulgar o Estado do Maranhão, cuja beleza, segundo o Plano, uma das mais exóticas do país e ainda era desconhecida até então para o Brasil e para o mundo.

Mas as belezas naturais, culturais e históricas precisam de apoio humano, para que possam ser trabalhadas qualitativamente e estejam inseridas no desenvolvimento sustentável do turismo maranhense, viabilizando-se a longo prazo. Neste caso, os Macroprogramas de Maior Qualidade e de Sensibilização desempenham papel vital nesta etapa do desenvolvimento sustentável do Maranhão. Onde o Macroprograma de Qualidade visa preparar os serviços e os produtos turísticos para a nova realidade do turismo que o Plano Maior pretende alcançar a partir de sua implantação. Além disso, aspira melhorar o nível de prestação de serviços, produtos e recursos turísticos e também aumentar o nível da manutenção da infra-estrutura básica e do patrimônio natural e cultural.

Os resultados das pesquisas realizadas na fase I do Plano Maior constataram que a própria população maranhense desconhece de um modo geral as

riquezas naturais, culturais e a história do Estado. Conseqüentemente, o Macroprograma de Sensibilização da comunidade foi idealizado para mobilizar as pessoas em geral, nas diversas regiões do país, com temas relacionados ao turismo, à preservação ambiental e a importância do patrimônio histórico-cultural do Estado.

Por último, chega-se ao Macroprograma de Comunicação que engloba todos os outros macroprogramas, pois todos têm o mesmo público-alvo e o papel de fazer compreender, criar atitudes e motivações e mudar comportamentos focalizando os valores locais e regionais para o turismo.

A fase III está relacionada à implantação das ações dos macroprogramas descritos. O Maranhão era desconhecido como um destino turístico nacional e internacional. Com a implantação desse Plano, há uma tendência de reverter a visão de um Estado esquecido pelos maranhenses e pelos brasileiros.

As pressões e a integração política com outros estados nordestinos, colaborou também no investimento do setor, pois a região Nordeste é marcada pelas altas taxas de desigualdades sociais. E por serem detentor de atrativos naturais e culturais competitivo, juntos eles articulam-se estrategicamente para mudar a identidade existente de região atrasada perante as outras regiões do país.

Nesse sentido, viu-se que Governo do Maranhão com a intenção de impulsionar a economia regional mediante a implantação do Plano Maior, como indutor de desenvolvimento do estado, favoreceu o mercado turístico e os municípios-base que contemplam os pólos turísticos, com a elaboração do plano de turismo, objetivando o desenvolvimento sustentável.

No capítulo a seguir destaca-se as características do município de Cururupu, local de estudo deste trabalho.

5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURURUPU

Este capítulo caracteriza-se pelo detalhamento do município de Cururupu com relação à sua localização, atrativo (naturais, culturais e históricos) e outros.

O Maranhão possui uma excelente localização (Figura 1), estando no Meio-Norte do Brasil, perto dos principais países de Primeiro Mundo. Possui uma superfície de 333.365,6 Km², é o segundo maior Estado da região Nordeste e o oitavo em extensão do Brasil. Ao norte, limita-se com o oceano Atlântico (639,5 km), ao sul e sudoeste com o Estado do Tocantins (1.060 km), a leste e sudeste com o Estado do Piauí (1.365 km) e a oeste com o Estado do Pará (798 km) (MARANHÃO, 1999).

Situado abaixo da linha do Equador, no Hemisfério Sul e Oeste. Está inserido na Zona Tropical. De acordo com os complexos geoeconômicos, o Maranhão pertence à Amazônia e ao Nordeste, por isso para muitos ele está no Meio-Norte (área de transição) do país. Pelos elementos naturais que apresenta, o espaço maranhense é considerado ecumênico, pois favorece a ocupação humana em qualquer área.

O litoral maranhense possui aproximadamente 640 km de costas na sua porção setentrional, estendendo-se do Estuário do Gurupi até o Delta do Parnaíba, constituindo-se, assim, o segundo maior litoral do país. Na parte ocidental, o litoral é bastante recortado, com predomínio de mangues, rios, baías, floresta e outros. No litoral oriental, há o predomínio de dunas. O espaço maranhense é bastante diversificado no quesito de paisagem, ao todo são oito: floresta amazônica, cerrado, mangue, dunas, campos, babaçual, mata de galeria e a mata de capoeira. O Maranhão possui 217 municípios, sendo que neste estudo trabalha-se com Cururupu (MARANHÃO, 1999).

O município de Cururupu possui uma área de 616,06 Km² integrada a Mesorregião do Norte Maranhense e na Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense. Localiza-se na Baixada Ocidental Maranhense e dista a 360 km de São Luís (TROVÃO, 2001).

Devido sua localização estratégica, Cururupu (Figura 2) foi alvo de grandes exploradores do século XVII. Sua história nasce a partir das invasões dos franceses, entre os anos 1612 e 1614, comandados por Daniel de La Touche

(Senhor de La Ravardière). Seu povoamento foi possível a partir das entradas portuguesas chefiadas por Maciel Parente que expulsaram os índios tupinambás. O povoamento da região foi feito com negros trazidos da África e com pessoas que estavam em cidades vizinhas.



Figura 1: Localização do Maranhão no mundo
Fonte: MARANHÃO, 1999, p. 3



Figura 2: Localização de Cururupu no Maranhão
 Fonte: MARANHÃO, 1999, p. 25

O nome Cururupu, de origem indígena, significa “sapo grande cantando”, ou “cantiga de sapo grande”. *Cururu* que, na língua indígena tupinambá, significa sapo grande, e o *pu* significa o som da arma que matou o cacique Cabelo de Velha. Da herança portuguesa, a cidade ainda preserva algumas construções coloniais, como igrejas e casarões. A comunidade mantém a culinária de origem africana, assim como a tradição dos tambores que vieram com os escravos negros para a região (TROVÃO, 2001).

Durante o período de colonização do Maranhão, Cururupu fora local de inúmeras fazendas para cultivo de arroz, mandioca e cana. Os engenhos funcionavam com a mão de obra escrava proveniente da costa do Douro e Daomé (Guiné). Com a permanência dos escravos na região, até hoje a população predominante no município é remanescente dos quilombos que lá se formaram.

O município possui uma vasta área na costa litorânea do Maranhão. Seus atrativos são bem diversos, destacando-se construções históricas, variadas manifestações culturais, inúmeras praias e ilhas que compõem cenários únicos.

As atrações culturais são:

- Bumba-meu-boi;
- Tambor-de-crioula;
- Carnaval;
- São João;
- Festa de São Benedito;
- Lenda: Rei D. Sebastião; O Pequizeiro da Mulata; Menino do Tambor de Crioula.

As atrações históricas são:

- Prédio da prefeitura;
- Igreja de São João Batista;
- Capela de São Benedito e São Jorge;
- Convento dos padres canadenses;
- Porto da cidade;
- Santa Casa de Misericórdia;
- Frade.

Dentre as atrações naturais destaca-se as seguintes:

- Arquipélago de Maiaú que contempla as ilhas de Lençóis, Flexa, Retiro, Bate-Vento, Caruaçu, São João, Parida, Porto do Meio, Aracajá, Retiro, Mirinzal, Cajualzinho, Jabaroca e Urumarú e Ponta do Gino e Pitiú;
- As praias de Guajerutíua, Caoca, São Lucas, Mangunça, Farol, Valha-me-Deus e Lençóis;
- Parcel de Manoel Luis;
- Mangues: *Rhizophora mangle*, *Avicennia germinans*, *Laguncularia racemosa*;
- Vegetação: Manguezal, Apicum, Campos de Água Salgada, Campos de Água Doce, Restinga, Capoeira Ciliar Marinha, Capoeira com Babaçu e Mata Ciliar;
- Rios: Cururupu e Cabelo da Velha (BRASIL, 2001).

A Ilha dos Lençóis é uma das principais atrações, pois é formada praticamente por dunas e onde reside um pequeno grupo já reduzido, de albinos. Os albinos que permaneceram na região são chamados de “filhos da lua”, pois aparecem mais à noite devido às características físicas dessas pessoas. As palavras de Garrone e Regina (1998, p.16) explicam esse pequeno grupo social:

nessa terra encantada vive uma pequena comunidade formada de pessoas para quem, ao contrário do mundo, é escuro o dia, clara a noite. Entre camisas longas e óculos escuros, os poucos albinos – em exatos números de seis – que restam, sobrevivem como podem e, muitas vezes, cobrando quantias irrisórias, de tão irrisórias que é sua vida, por entrevistas.

Outro destaque natural dá-se ao Parcel de Manoel Luís, que é o primeiro Parque Estadual Marinho do Brasil e possuidor do maior banco de corais da América Latina. Manoel Luís representa o complexo recifal mais próximo da boca do Rio Amazonas e, portanto, o limite meridional da maior parte da fauna de peixes endêmica do Atlântico Sul ocidental. Foram registradas nos recifes de Manoel Luís 110 espécies de peixes, intitulado de zoológico marinho em mar aberto (ARAÚJO, 2001).

Além de ser possuidor dessa vasta gama de atrativos, o município faz parte da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses. No documento Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão de autoria do Ministério do Meio Ambiente (2001, p. 1) vai-se encontrar a seguinte afirmação:

a APA das Reentrâncias Maranhenses pode ser descrita como uma grande área, aproximadamente 254 km de extensão, de costa baixa como uma série de ilhas, baías, enseadas e um complexo estuarino, interligado por canais chamados de 'furos', os quais são recortados ainda mais por inúmeros igarapés, cobertos por manguezais, que hospedam várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos como também aves, especialmente as migratórias, que buscam descanso, alimentação e local para a reprodução. Também é local importante para a reprodução da ave Guará [...].

Com essa imensa riqueza natural, o poder público estadual preocupado com a preservação e conservação destas áreas, passa a demarcar áreas de unidades de conservação (UC), a partir da década de 70. Assim é contemplada a APA das Reentrâncias Maranhenses (Figura 3) na qual o município inteiro faz parte. Este possui uma área de 5.395,5 Km². Sua criação oficial deu-se apenas vinte anos mais tarde através do Decreto Estadual nº. 11.901 de 11/06/91 reeditado em 09/10/91.



Figura 3: Mapa da APA das Reentrâncias Maranhenses
 Fonte: MMA, 2001, p. 2

Já para o setor turístico, o município faz parte do Pólo Floresta dos Guarás que abrange 2.680.911,20 ha e toda essa região está dentro da Amazônia Legal Maranhense. Esta região é também reconhecida internacionalmente como uma Reserva Hemisférica de Aves Migratórias Continentais e Área Úmida de Importância Internacional e especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Sítio Ramsar) desde 1993 (BRASIL, 2001).

Para ressaltar mais o aspecto conservação do meio natural, o Governo Federal criou em 2004 a Reserva Extrativista de Cururupu com o objetivo de promover a proteção dos meios de vida e a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área (BRASIL, 2005).

Como foi exposto, foi possível localizar incentivos positivos para preservar a diversidade ambiental do município em estudo. Este último decreto reforça a magnitude da intenção em conservar para o uso e manutenção sustentável do meio

ambiente. Outras medidas tomadas pelo Governo Federal são também importantes para manter a originalidade e característica do conjunto natural que compõe a paisagem regional.

Baseando-se nos conceitos expostos ao longo do estudo, tem-se no capítulo a seguir os indicadores do turismo sustentável e os princípios do desenvolvimento sustentável, onde apresenta-se suas finalidades para o planejamento e para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

6 INDICADORES ESSENCIAIS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

Ao longo dos capítulos, descreveu-se o processo do turismo desde seu aparecimento, passando por situações diversas que o modificaram e o acompanharam neste século. Refletiu-se a sua importância para o desenvolvimento, para a preservação do meio ambiente e da cultura, para a participação da comunidade e poder público na decisão e implantação de políticas de turismo, entre outros. Enfim, identifica-o como articulador, promotor de integração, capacitador, acelerador, político e moderador de todo um elo que o cerca e fazem funcionar o sistema, de maneira competente e equilibrada.

Baseando-se nesses preceitos, registra-se neste capítulo, os indicadores do turismo como focalizador de um turismo agradável e protetor do meio ambiente, onde seus princípios, baseados nas ações globais, formam uma ponte entre o meio ambiente e o bem-estar do ser humano.

O meio ambiente está passando por uma situação de descaracterização no mundo, onde as modificações ambientais causadas pelo homem vêm resultando na perda dos recursos naturais (poluição do ar, água e terra) comprometendo a qualidade de vida presente e futura dos seres humanos, seres vivos e da natureza.

O turismo aparece neste quadro, no momento que seu desenvolvimento não cumpre com os critérios ambientais, refletindo uma situação de caos. Neste caso, a ação dos gestores pela busca de soluções permanentes e sustentáveis é indispensável para minimizar os impactos negativos ambientais do turismo.

Nesse sentido, Petrocchi (1998) destaca as bases do turismo sustentável como instrumentos de importância para que o sistema turístico seja eficiente. Assim como no sistema turístico, o equilíbrio entre os elementos deve estar linear para garantir a qualidade e a sustentabilidade do turismo.

Ruschmann (2004b, p. 111) nomeia “o meio ambiente como a base econômica da atividade turística”. Por isso, a grande preocupação em preservá-lo para não agredir a paisagem e destruir o ecossistema. Implantar um turismo sustentável possui altos custos e rentabilidade reduzida, mas contínua. Isso se deve ao alto grau de gastos com a preservação do meio ambiente. Mas dessa forma é possível atingir a sustentabilidade do turismo em uma localidade.

Dias (2003b, p.75) ratifica que:

para atingir a sustentabilidade de um destino turístico, é necessário esforço integrado dos diversos atores do processo: residentes, turistas, governantes, empresários, operadores etc., que buscarão integrar os recursos naturais e culturais num processo de planejamento que estabeleça um desenvolvimento gradual e permanente diferente daquele tradicional, que sacrifica o futuro, privilegiando os ganhos econômicos e financeiros imediatos e sobre uma base tecnológica prejudicial ao meio ambiente. Um planejamento comprometido com a preservação ambiental, viável economicamente e eqüitativo do ponto de vista social.

Nesse aspecto, recordando o capítulo 3, destaca-se a função que o planejamento turístico exerce é essencial para tratar das etapas de implantação de projetos turísticos gradativamente, acompanhando e controlando a sua evolução.

Para Ruschmann (2004b, p. 111):

o planejamento do turismo sustentável surge, assim, como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

Identificar cedo os impactos ambientais negativos associados ao desenvolvimento do turismo é necessário, pois:

- fica mais fácil de evitar danos ambientais antes ou durante a implementação do projeto, do que depois;
- os projetos dependentes de áreas de grande beleza podem tornar-se inviáveis se degradarem o meio ambiente (COOPER et al., 2001).

Tomadas de decisões de planejamento racional são eficientes para limitar, avaliar e prevê as atividades e empreendimentos turísticos diretos. Definir quais os impactos ambientais causados pelo turismo (ANEXO 8) significa como os recursos naturais devem ser usados de maneira eficiente dentro da atividade turística.

Os impactos negativos causados pelo turismo levaram a constatação de que os recursos turísticos são finitos, portanto devem ser monitorados e planejados.

Entretanto Ruschmann (2004b, p. 165-166) enfatiza que:

o estabelecimento de um modelo universal, que direcione e oriente o desenvolvimento dos equipamentos e dos fluxos turísticos nos espaços naturais, é praticamente impossível. A variedade dos fatores intervenientes é muito ampla, de modo que cada caso terá de ser estudado isoladamente, e de acordo com suas características e o grau de agressão já existente, deverão ser adotadas medidas preventivas ou corretivas. Porém, apesar da

sua complexidade, o planejamento adequado não poderá ser omitido ou negligenciado, com o risco de o turismo destruir o turismo. Para tanto, será preciso rever os conceitos de planejamento unidimensional e adotar a forma integrada e sistemática, mais adequada à complexidade dos ambientes designados para o desenvolvimento turístico e às tendências tanto do mercado produtor do turismo como o mercado consumidor (turistas). Além disso, um planejamento amplo e a de longo prazo proporcionam a oportunidade de considerar todos os fatores intervenientes no desenvolvimento de um recurso turístico e de aplicar as soluções mais convenientes; e com relação ao meio ambiente natural, definir as políticas e as estratégias para conservá-lo e viabilizá-lo turisticamente.

Atualmente um plano de turismo tem como requisito as exigências de um desenvolvimento sustentável, e a característica e singularidade regional. Pois a adoção de metodologias e técnicas deve ser adequada a cada caso.

Ruschmann (2004b) elabora um plano turístico que atende as etapas exigidas para o planejamento do turismo, encontrados em diversos modelos de turismo no mundo. Enfatiza-se que há diferenças regionais para cada modelo adotado, pois um modelo praticado na Espanha, às vezes não atende as exigências das necessidades brasileiras, ou vice-versa. A acuidade da regionalidade é o diferencial e subsídio para que o plano possa desenvolver e atender as necessidades da comunidade e conseqüentemente dos turistas.

Em adição, Petrocchi (1998) sugere diretrizes de planejamento para o turismo sustentável com relação à promoção (definição do produto que se quer vender; quantificação dos mercados e possibilidades de venda; metodologia para vender os produtos turísticos; identificação dos pontos de estrangulamento que impedem o desenvolvimento turístico; estabelecimento de métodos de gestão do turismo e conscientização dos impactos sociais e econômicos) e preservação (preservação e fiscalização do uso do solo e padrões de construção; identificação das áreas protegidas e das áreas turísticas; proteção e potencialização dos recursos arquitetônicos, históricos e culturais; criação de normas de fiscalização e exploração dos recursos turísticos e estabelecimento de programa de trabalho para promoção do desenvolvimento do turismo).

A adoção da sustentabilidade tem evidenciado na transformação de um planejamento de pequeno prazo para longo prazo. Em termos, isso significa que a adoção desta estratégia, tem aproximado tanto o mercado quanto os agentes do “mercado” (empresários e governantes) a uma percepção de novos horizontes no turismo. Existe uma sinergia clara entre a adoção dos princípios do turismo

sustentável com a disciplina estabelecida pelo planejamento estratégico (COOPER, 2004).

Para gerenciar os impactos ambientais, o planejador deve avaliar como as áreas turísticas ficam em desvantagem por não contar com um bom planejamento e desenvolvimento, por isso precisa ser analisado e resolvido.

Atualmente existe um leque de técnicas empregadas para estabelecer e aplicar indicadores ambientais, Cooper et al. (2001) listou os indicadores gerais, subdivididos nas categorias: alteração do clima e redução da camada de ozônio; eutroficação; acidificação; contaminação tóxica; qualidade do meio urbano; lixo; biodiversidade e paisagens; recursos naturais; indicadores gerais, incluindo os referentes a economia, população, energia e transporte.

Os indicadores ambientais estão relacionados tanto ao ambiente natural quanto ao construído. Para Cooper et al. (2001, p. 191) “os indicadores ambientais não deveriam ser limitados a função de simplesmente medir o que fazemos, mas também devem fornecer informações sobre o que devemos fazer”.

No turismo, os indicadores avaliam as informações sobre os impactos em uma região, para detectar se os impactos positivos estão acontecendo como esperado e se os negativos são evitados. Os princípios do desenvolvimento sustentável (ANEXO 09) funcionam como linha básica que deve ser incorporado as políticas adotadas.

Baseado nesses princípios a OMT criou o primeiro conjunto de indicadores do turismo sustentável (ANEXO 10) para servir de base para os gestores da atividade turística no momento de elaboração de planos de turismo que objetivam o desenvolvimento turístico sustentável.

Comparando aos objetivos do Plano Maior, estes estão ligados diretamente com os indicadores centrais do turismo sustentável, onde:

1. Turista satisfeito ⇒ Satisfação do consumidor;
2. Retorno dos investimentos ⇒ Contribuição turística para a economia local;
3. Mínimos impactos culturais e ambientais negativos ⇒ Impacto social e Gerenciamento dos resíduos;
4. Cidadão satisfeito ⇒ Satisfação do local.

Pode-se assinalar que os objetivos do Plano Maior estão ligados diretamente aos indicadores centrais do turismo sustentável, no momento que cinco

indicadores compõem os objetivos do plano e estes se tornam foco central para o desenvolvimento do turismo sustentável nos pólos turísticos.

Já as metas estão baseadas no conceito central de desenvolvimento turístico sustentável, mas não foi realizado um estudo com relação à capacidade de carga que cada pólo e seus atrativos têm condições de receber. Pois as metas deviam estar ligadas aos índices compostos dos indicadores, já que a meta para o pólo é de 30.000 turistas para o ano de 2010. Neste caso, deveria estar descrito no Plano se este número é “ideal” para a região e como estes números podem ser os corretos, se a medição foi baseada em números de turistas em São Luis.

Assim como no planejamento, os indicadores são adaptáveis (ANEXO 11) ao ambiente natural que se aplica o turismo, portanto “cada autoridade local deve estabelecer uma lista de indicadores ambientais que meçam os tipos mais importantes de impacto para a área específica envolvida, com base nos objetivos de desenvolvimento turístico da área” (OMT, 2003a, p.114).

Os municípios devem desenvolver seus indicadores de acordo com a própria situação, considerando àquelas mais relevantes, uma vez que podem ser “introduzidas modificações para minimizar quaisquer impactos ambientais negativos e alinhar o projeto com a política ambiental” (COOPER et al, 2001, p. 191)

Ligado a desenvolvimento sustentável e indicadores do turismo sustentável, tem-se a capacidade de carga, que avalia os limites no volume e na intensidade do desenvolvimento turístico que uma região suporta. (OMT, 2001)

A capacidade de carga é classificada em:

1. *Capacidade de carga ecológica*: é o número máximo de visitantes que um local pode receber;
2. *Capacidade de carga social*: nível máximo de atividade turística;
3. *Capacidade de carga do turista*: nível máximo de satisfação do turista;
4. *Capacidade de carga econômica*: nível de atividade econômica compatível com o equilíbrio entre os benefícios econômicos do turismo e os impactos negativos da atividade turística sobre as economias locais (inflação, etc.). (OMT, 2001)

A adoção da capacidade de carga pode ajudar na melhor utilização dos recursos e também numa imagem positiva para o marketing local. Há recomendações para todos os envolvidos (ANEXO 12) com a atividade turística,

garantindo um bem-estar para a população, turistas e gestores, além de assegurar o desenvolvimento turístico controlado e planejado.

No Brasil alguns destinos turísticos (Bonito e Fernando de Noronha) utilizam a capacidade de carga para controle e manutenção das áreas naturais, a fim de preservarem para as gerações futuras.

No ano de 2002, foi realizado em São Paulo o II Workshop de Certificação do Turismo Sustentável, criando o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), que tem como meta o Programa de Certificação do Turismo Sustentável, que objetiva elaborar o sistema de normas e certificação, além de capacitar profissionais multiplicadores e auditores para a implantação do sistema de certificação dos produtos para que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos. Os princípios do turismo sustentável (ANEXO 13) adotado pelo CBTS, se comparados, seguem a linha dos princípios analisados neste estudo (SALVATI, 2006).

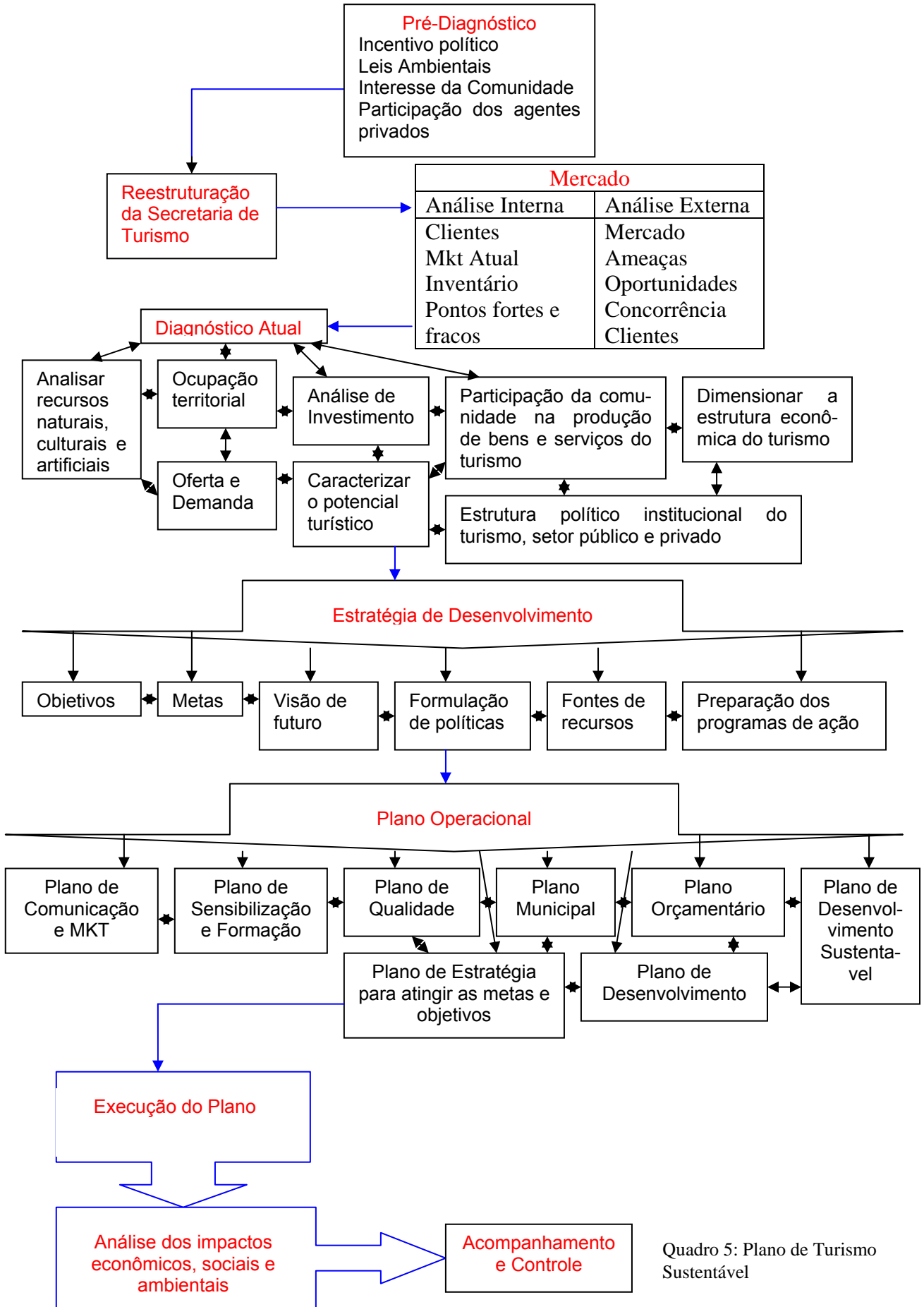
Baseado nos princípios e nos indicadores do turismo sustentável, e em roteiros de planejamento apresentados no capítulo 3, e nos modelos de planejamento encontrados em Petrocchi² (2001), foi possível elaborar um modelo simples de planejamento turístico, conforme se observa no quadro 5, que contém alguma das exigências de implantação do turismo sustentável em uma localidade.

As áreas grifadas de azul são as que se encaixam nos paradigmas da sustentabilidade. Portanto a verificação e execução destes projetos são fundamentais para que a localidade obtenha um satisfatório para todos os envolvidos com o turismo.

Para tanto lembra-se que o modelo é adaptável a regionalidade, pois cada ambiente exige um procedimento específico de aplicação e avaliação. E que o gestor (federal, estadual ou municipal) deve conhecer as necessidades da região onde será implantado o plano.

² Modelo sob enfoque econômico de Lawson e Baud-Bovy; Modelo de planejamento econômico de Venâncio Bote Gómez; Modelo PASOLP (Products Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning – Sequência de análise do produto para planejamento do turismo e lazer) de Baud-Bovy; Modelo de Miguel Acerenza; Modelo de Molina & Rodríguez; Modelo de Mário Beni; Modelo do planejamento integrado do Espírito Santo; Plano Maior; Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará.

A partir desses indicadores, conclui-se que estes são considerados condições básicas para o padrão de qualidade turística desejada, onde a inserção destes princípios e a sua execução favorecem e atendem às exigências da comunidade, determinando que atributos devam estar em sintonia com turismo sustentável.



Quadro 5: Plano de Turismo Sustentável

7 COMPETÊNCIAS REGIONAIS E IMPLANTAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM CURURUPU A PARTIR DO PLANO MAIOR

Ao longo do trabalho observou-se o crescimento no interesse pelo turismo sustentável e ecoturismo, que conseqüentemente refletem o aumento da consciência das dificuldades sociais e da qualidade do meio natural e dos impactos do turismo numa localidade. Portanto, a importância de se aplicar padrões de turismo sustentável contribui para um ordenamento dos objetivos que se pretende alcançar. Para este capítulo, objetiva-se trabalhar estes indicativos no município de Cururupu, orientando como estes competem a um turismo sustentável. A partir desta idéia, elabora-se uma matriz F.O.F.A. (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) de Cururupu, destacando seus pontos positivos e negativos com relação aos indicadores.

Complementa-se este capítulo analisando se as ações do macroprograma de desenvolvimento e as metas e objetivos do Plano Maior são fatores de implantação de turismo sustentável em Cururupu, além de permitir identificar alguns atributos que serão identificados nesse capítulo, onde se apresenta uma comparação do Plano Maior com o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, na ótica do turismo sustentável.

Outro objetivo desse capítulo é entender a importância dos princípios do turismo sustentável na elaboração e implantação de um plano de turismo (conforme quadro 5). E compreender como o Plano Maior se comporta perante os princípios.

Identifica-se também como Cururupu pretende adotar condições para atender os princípios do turismo sustentável. Para fundamentar e atingir os objetivos deste capítulo serviu-se principalmente dos trabalhos de Lunas (2000), Plano de Desenvolvimento Sustentável de Bonito – PDSB (2003), Garzoni (2005), Planejamento Estratégico do Conselho Municipal de Turismo de Bonito (2003), Wight (2002) e Eagles et al. (2002).

Para Michaelis (1998) competência significa capacidade legal ou natural. O município de Cururupu é provido de atrativos turísticos que o fazem um grande detentor de potencialidades para o desenvolvimento do turismo. Nos capítulos 4 e 5, viu-se seus potenciais e diferenciais naturais e culturais, como fatores primordiais e competitivos em relação aos outros pólos turísticos.

Mesmo detentor de competências regionais, no sentido de atrações, o município de Cururupu, encaixa-se hoje como “atrasado” em todos os significados de desenvolvimento, o que pode comprometer as ações do macroprograma de desenvolvimento, caso estes sejam implantados sem um cuidado ou equidade. Pois até o momento Cururupu ainda não foi preparada “estruturalmente” para receber e atender uma demanda de 30.000 turistas/ano, portanto no momento da implantação das ações do macroprograma serão necessárias avaliações dos impactos que serão causados com o advento do turismo.

Cabe então notar que, atributos próprios como vegetação, vida animal, ar limpo e água são recursos que atraem turistas, por isso a maioria dos locais turísticos atualmente, dependem de ambiente limpo, meio ambiente protegido e cultura específica. Mas também infra-estrutura de qualidade e que respeite o meio ambiente são atributos que devem ser considerados, pois conforme visto em capítulos anteriores, o perfil de turista que visita ambiente de natureza busca equipamentos turísticos que tenham estas qualidades.

Deve-se entender que competências regionais, por si só, não alavancam o turismo em uma localidade. A competitividade de uma área turística é a sustentação da atividade. Manter-se em posição favorável, é poder reunir as competências e torná-las competitivas a um nível de sustentabilidade e que seja rentável para o local. Coduras (2004) identifica o turismo como uma estratégia alternativa para o desenvolvimento considerando os fatores econômicos, sociológicos e político-institucional como indicativos essenciais para a mudança de uma situação de subdesenvolvimento para um desenvolvimento sustentável. Portanto conceitua turismo sustentável como “marco das teorias referidas ao desenvolvimento sem degradação e esgotamento dos recursos (satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de satisfação própria das gerações futuras)”³

Ademais Flores (2004), entende o turismo sustentável de hoje como “um desenvolvimento onde o impacto é mitigado na comunidade local, na minimização dos impactos culturais e sociais e na maximização dos benefícios econômicos”⁴.

³ CODURAS, Oscar. Turismo y desarrollo sostenible: una visión española. In: Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004, p.399. El turismo sostenible se entiende em el marco de las teorías referidas al desarrollo sin degradación ni agotamiento de los recursos (satisfacer las necesidades del presente sin comprometer la posibilidad de satisfacciones propias de las generaciones futuras).

⁴ FLORES, Maureen. How tourism and sustainable tourism are being traded within the framework of the general agreement on trade in services. In: Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004, p.414. Sustainable tourism today explicitly focuses on mitigating environmental impacts on local communities, minimizing cultural and social impacts, and maximizing economic benefits.

Pode-se dizer que estas palavras (indicativos essenciais; esgotamento; mitigação) são os novos paradigmas que compõem um cenário atual do conceito de turismo sustentável, de forma que se compreenda a essência e o objetivo central do conceito.

Para reforçar este conceito atual, a OMT (2001) registra que o turismo sustentável:

- a) incentiva o entendimento entre os impactos do desenvolvimento turístico no meio ambiente, na cultura e nas ações do homem;
- b) assegura a distribuição mais justa dos custos e benefícios;
- c) gera emprego local em vários setores;
- d) estimula indústrias domésticas;
- e) incentiva o intercâmbio com o exterior e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- f) diversifica a economia local;
- g) incorpora o planejamento e a regionalização;
- h) estimula a melhoria dos transportes locais, comunicações e infraestrutura básica;
- i) cria área de lazer e de preservação;
- j) incentiva o uso de terras improdutivas para a agricultura;
- l) proporciona a comunidade local, maior entendimento de outras culturas;
- m) demonstra a importância dos recursos naturais e culturais.

As melhorias causadas pelo turismo dependem do planejamento a longo prazo, e que identifique a importância do desenvolvimento sustentável como elemento inseparável para a obtenção de benefícios para as gerações futuras.

Com relação ao município de Cururupu, estudo de caso do projeto, o Plano Maior pretende com suas ações dos macroprogramas e com as metas e objetivos, implantar um turismo sustentável em todos os pólos turísticos, a partir dos pressupostos apresentados em capítulos anteriores. Mas para isso o Plano deve entender o turismo como uma atividade e não como um “milagre econômico”, pois (MAGALHÃES, 2002, p. 32):

sabe-se que o turismo tem um grande potencial gerador de renda. Dessa forma é necessário explorá-lo, criando modelos próprios específicos, que atendam à realidade brasileira, à realidade das grandes cidades e dos pequenos municípios, para que, então se alcancem os efetivos desenvolvimentos econômico e social.

A necessidade de se criar modelos próprios, enfatizado por Magalhães, é uma das preocupações que os governantes deveriam tomar ciência para que a região onde atua, pudesse estar inserida num desenvolvimento, onde houvesse a participação ativa da comunidade, do setor privado e de entidades não-governamentais.

É importante que cada município tenha seu indicador de sustentabilidade, pois como foi dito anteriormente, cada região possui uma característica. No caso deste, um dos focos estaria voltado para os mangues, pois possuem grande valor mundial.

O compromisso político pelo desenvolvimento do turismo sustentável é essencial para proporcionar a base de implementação e a conquista da adoção das diretrizes ambientais. A elaboração de políticas exige a educação de planejadores com relação à importância do potencial da área e da necessidade de desenvolver a região, obedecendo os indicadores.

Em Cururupu a atuação do poder municipal é restrita principalmente às ações do poder estadual. Consequentemente, o município perde, pois são poucos e tímidos os recursos municipais investidos na região e no desenvolvimento do turismo.

Mediante exposições elaborou-se um diagnóstico dos atrativos turísticos e da infra-estrutura do município de Cururupu (tabela 8), por meio da aplicação da matriz F.O.F.A. a serem aproveitados para o desenvolvimento turístico competitivo e sustentável.

Alguns dados foram obtidos no Plano Maior, como: mercado-alvo, criação do ZEE das Reentrâncias Maranhenses, comunidades tradicionais, gastronomia, ilha dos Lençóis, aeroporto, rodoviária, parcel, tradição pesqueira e na construção de embarcações, plano diretor, plano de manejo, sinalização turística, acesso, equipamentos turísticos e qualificação de mão-de-obra.

Nos sites do Ministério do Meio Ambiente e do governo do Maranhão e no documento do ZEE-MA foi possível identificar tais aspectos como: criação da APA das Reentrâncias Maranhenses, ecossistema preservado, bumba-meu-boi, carnaval, comunidade albina, floresta amazônica, mangues, praias, aves migratórias, ave guará, arquipélago de Maiaú, rios, inexistência de agência de viagem, ausência de guias de turismo e gerenciamento de resíduos precário.

Em trabalhos de Trovão (2001), Garrone e Regina (1998) e em documentos do PRODETUR/NE verificou-se os seguintes itens: Agenda 21, comunidade receptiva, capacidade carga, gerenciamento de resíduos, promoção turística, deficiência de infra-estrutura, fragilidade sócio-cultural, associativismo, política municipal de turismo, embarcações sem segurança, fiscalização da guarda marinha e do IBAMA.

Com estes dados, foi possível identificar como estes aspectos encaixam-se nos indicadores do turismo sustentável, tanto nos aspectos positivos quanto nos negativos. Esta análise possibilita perceber com clareza as competências que Cururupu dispõe para desenvolver um turismo sustentável, e quais atributos são necessários para somar e contemplarem o processo de desenvolvimento turístico sustentável.

Pólo Floresta dos Guarás	
<ul style="list-style-type: none"> • Município: Cururupu – MA • Mercado-alvo prioritário: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre (âmbito nacional) e Europa, Estados Unidos e Argentina (âmbito internacional) • Conceito: destino turístico em franco desenvolvimento, apresentando diversos atrativos naturais únicos e uma forte presença da tradição negra na região. Gastronomia e artesanato competitivo. É um lugar em que se pode conhecer e vivenciar, através de uma diversidade de atividades ecoturísticas e culturais, além de ser um ambiente preservado e de grande beleza cênica. 	
Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses ✓ Criação do Zoneamento Ecológico-Econômico das Reentrâncias Maranhenses ✓ Comunidades tradicionais no município (comunidades remanescentes de quilombos) ✓ Ecossistema preservado ✓ Gastronomia à base de frutos do mar ✓ Bumba-meu-boi com sotaque de costa-de-mão (único no Maranhão) ✓ Carnaval (um dos melhores do Estado) ✓ Ilha dos Lençóis (dunas e lendas) ✓ Comunidade albina (uma das maiores do mundo) ✓ Floresta Amazônica ✓ Mangues preservados ✓ Aves migratórias ✓ Ave guará (símbolo da região) ✓ Parcel de Manoel Luís (maior banco de corais da América Latina) ✓ Praias ✓ Arquipélago de Maiaú (caribe maranhense) ✓ Lagos e lagoas ✓ Tradição pesqueira ✓ Construções históricas ✓ Comunidade receptiva ✓ Aeroporto ✓ Rios (ex.: Cururupu) ✓ Tradição na construção de embarcações (estaleiros) ✓ Agenda 21 local ✓ Reserva Extrativista 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ausência de fiscalização por parte do IBAMA ✓ Ausência de um Plano Diretor ✓ Ausência de um Plano de Manejo ✓ Falta de sinalização turística ✓ Acesso precário a Cururupu e aos atrativos ✓ Ausência de políticas municipais de turismo ✓ Participação pequena da comunidade no turismo ✓ Equipamentos turísticos precários ✓ Inexistência de agência de viagem ✓ Embarcações sem segurança para o turista e condutor ✓ Ausência de fiscalização da guarda marítima ✓ Hospedagens simples ✓ Restaurantes simples ✓ Qualificação da mão-de-obra inexistente ✓ Ausência de guias de turismo ✓ Rodoviária precária ✓ Associativismo ao setor turístico inexistente ✓ Fragilidade sócio-cultural das comunidades pesqueira e albina ✓ Deficiência da infra-estrutura ✓ Falta de apoio institucional aos empresários do setor turístico ✓ Carência de informações turísticas ✓ Promoção turística desorganizada ou quase nula ✓ Falta de estruturação da oferta turística ✓ ONG's pouco atuantes ✓ Capacidade de carga não contabilizada ✓ Gerenciamento de resíduos precário

Tabela 8 – Análise F.O.F.A. do município de Cururupu

Cururupu em relação a outros municípios “base” dos outros pólos turísticos possui características diferenciadas, mas em compensação há muitas

fraquezas em comparação a municípios brasileiros que desenvolvem seus atrativos naturais e culturais de forma sustentável e rentável para a região.

Relacionando os pontos fracos do município com os indicadores do turismo sustentável, grande parte desses indicativos que garantem um turismo qualitativo não se encontra em Cururupu, como a capacidade de carga, controle de desenvolvimento, gerenciamento de resíduos, processo de planejamento, satisfação do consumidor e do local e contribuição turística para a economia local.

Outros aspectos negativos estão relacionados à infra-estrutura e ausência da comunidade na participação do turismo e de projetos relacionados ao macroprograma de desenvolvimento do Plano Maior que são primordiais para a aplicação do desenvolvimento turístico sustentável na região.

Por isso é importante registrar que a tomada de decisão dos governantes municipais em elaborar um plano local organizado e compatível com a realidade, torna-se fator-chave para a prevenção de problemas atuais e futuros.

Nos aspectos positivos identificam-se principalmente os atrativos naturais e culturais, como potenciais e diferenciais. Com relação aos indicadores do turismo sustentável, vê-se que somente um desses indicadores - proteção do local - é encontrado nos pontos fortes, mas que está relacionado a três atributos: reserva extrativista, APA e ZEE.

Os atrativos naturais e culturais têm condições de angariar “padrões” de estrutura, que atendam as necessidades da comunidade, com o advento do turismo sustentável, logo a dos turistas também.

Cabe notar por fim, que a grande parte dos aspectos negativos estão principalmente relacionados à ausência das ações do macroprograma de desenvolvimento, juntamente com os objetivos do Plano Maior, e que os positivos estão condizentes à questão do sub-item planejamento das ações do macroprograma de desenvolvimento.

O turismo sustentável preconiza fatores como qualidade de vida dos envolvidos com a atividade turística e principalmente a proteção do ecossistema. Esses fatores se executados conforme prometido no Plano Maior, concretizarão etapas de implantação do ciclo do turismo sustentável.

Diferente de Cururupu, o turismo no município de Bonito, iniciou em 1995, através do PNMT. No mesmo ano, foi criado o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que tem como objetivo a implementação da política municipal de

turismo (segundo a Lei nº 695/95, 21 de junho de 1995) com funções deliberativas, consultivas e de assessoramento à Prefeitura e aos demais interessados da sociedade. Além de promover o turismo como fator de desenvolvimento econômico, social e cultural, fomentando o desenvolvimento ou a criação de condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística no município.

A comunidade de Bonito, visando um turismo sustentável, desenvolveu uma forma para os problemas existentes. Ela baseia-se na análise de alguns casos de outras comunidades com potencial turístico semelhante, e centralizam as ações importantes do turismo no setor público, sem espaço para exercício da autogestão.

A pretensão da comunidade é estruturar uma gestão do turismo, com a participação de principais agentes relacionados ao setor, onde o COMTUR exerce a função primordial, sendo o canalizador de idéias, para difundir os interesses de cada agente e aplicá-los eficientemente.

Para Lunas (2000, p.78):

a tentativa do modelo de gestão do ecoturismo de Bonito tem sido particionada pelos diversos segmentos de operadores do *trade*, ora de maneira muito eficiente, ora nem tanto, mas constituiu-se em um importante exemplo de como do desenvolvimento turístico, os interesses dos atores, a questão ambiental e o interesse do turista podem ser conduzidos na prática. O reconhecimento e o relato dos fatores críticos e dos progressos da comunidade podem ser úteis tanto para a reflexão da própria comunidade para que esta possa ter uma contribuição para a correção do seu processo como para outras comunidades que tenham interesse de trilhar caminho semelhante.

Para melhor elucidação, do sistema de gestão do turismo de Bonito, tem-se o gráfico 5:

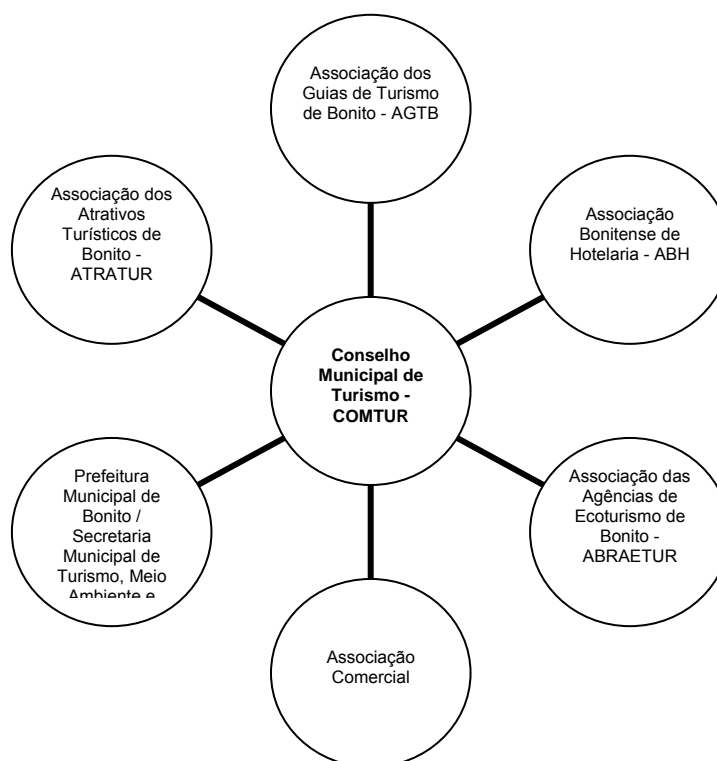


Gráfico 5 : Estrutura organizacional da gestão do turismo de Bonito
 Fonte: LUNAS, 2000, p. 36

O monitoramento do processo de gestão adotado por Bonito se mantido de forma contínua, aproveitará as propostas num todo, pois o diferencial será marcado pela gestão sistêmica que propõe esta estrutura organizacional do turismo.

A iniciativa da comunidade em estruturar um turismo que promova benefícios para a região, mobilizou a cidade em busca de justiça social. Portanto, para organizar o turismo local, foi criado por membros da comunidade bonitense, em 1995, o *Voucher Único*, que é um documento fornecido pelo poder público e suscetível a fiscalização. Ele está ligado diretamente à questão da capacidade de carga que o atrativo tem em absorver o fluxo de visitantes. Com este documento é identificado à operadora que emite junto à agência local, além de controle fiscal e dados estatísticos.

Baseando-se no exposto acima, escolheu-se Bonito como exemplo, devido suas ações de tentativa de implantar um turismo sustentável. Pois para Garzoni (2005, p. 6):

Bonito é regularmente procurado por órgãos municipais e estaduais de todo o país, governamentais ou não, em busca de respostas ou ainda, de um “modelo” de gestão do turismo que possa ser reaplicado em outras localidades. Todavia, toda gestão configura num processo contínuo, onde as partes envolvidas estão sempre em busca do aprimoramento necessário.

A comunidade consciente de que o desenvolvimento sustentável é a conciliação e aplicação de métodos de proteção ambiental para a equidade social, e eficiência econômica que promove a inclusão social, por meio de políticas de emprego e renda, oferecendo políticas públicas capazes de universalizar o acesso da população a serviços e infra-estrutura, foi criado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município de Bonito em 2003, pela empresa Ação – Consultoria e Negócios.

Foram definidas estratégias, planos, ações e diretrizes a serem implementados por aqueles que venham gerir o futuro do município nos próximos cinco anos.

Participaram da elaboração do trabalho, técnicos da prefeitura, lideranças locais, representantes de partidos, associações, empresários, produtores rurais, cidadãos, entre outros, que reunidos contribuíram com informações essenciais para a concretização do plano.

As diretrizes do plano baseiam-se nas necessidades da população de Bonito, que integra o diagnóstico que subsidiou a elaboração do plano, e que servirá de base aos futuros administradores públicos do município, dando suporte e guiando para ações estratégicas de gestão, com vistas à elaboração, implementação, acompanhamento, controle e avaliação dos resultados. Por isso (AÇÃO, 2003, p. 09):

construir um novo paradigma de gestão pública implica em mudança comportamental e organizacional, mas com o esforço e empenho de setores da sociedade, como organizações institucionais, comércio, indústria, instituições financeiras, governo, agremiações, associações, sindicatos, partidos políticos, dentre outros, que integrados entre si, é possível prover todas as instâncias da sociedade: aos cidadãos, uma melhor qualidade de vida; aos servidores públicos, melhores condições de trabalho dando oportunidades de participação e desenvolvimento profissional, e finalmente, aos órgãos públicos, o resgate da legitimidade perante a sociedade, como a instância responsável pela manutenção do bem estar social e pelo desenvolvimento da auto-sustentação local.

Os segmentos que serão beneficiados são os setores públicos e privado e a sociedade que organizados, levam a uma economia competitiva, além de: aumentar a qualidade de vida; aumento da produção; proteção do meio ambiente; qualidade dos serviços prestados e entre outros.

Para isso, devem saber: onde estão? E para onde vão?, ou seja, que futuro a comunidade bonitense deseja com o a implantação do plano.

O diferencial deste plano, é que ele trabalha o município num todo, envolvendo setores básicos que juntos, formam a sustentação para um desenvolvimento sustentável. Dentre os planos de ação, destacamos: meio ambiente, educação, turismo, qualidade urbanística e infra-estrutura básica; saúde, segurança pública, cultura e lazer. Estes componentes reunidos implicam uma mudança gerencial que auxiliam no cumprimento das metas, no controle da eficiência e eficácia. Revisando o capítulo 6, encontra-se que a política de turismo está inter-relacionada com outras políticas, a fim de articularem metas e diretrizes para buscar o desenvolvimento desejado.

Cada plano de ação contém estratégias e metas a serem alcançadas. No plano de turismo, encontramos a seguinte afirmação (AÇÃO, 2003, p. 21):

para se ter uma exploração racional dos atrativos turísticos é importante considerar a concepção de um planejamento regional, que permitirá explorar as potencialidades naturais sem degradar o meio ambiente, com intuito de melhorar a qualidade de vida da população bonitense, fortalecendo a economia local e proporcionando maior competitividade no mercado turístico brasileiro e internacional.

Foram elaborados dez objetivos para o plano de ação de turismo, sendo o planejamento estratégico do COMTUR de interesse para o estudo. O planejamento está dividido em duas partes: 1 – levantamento de dados e diagnóstico da situação atual e 2 – planejamento estratégico do Conselho.

Sendo o primeiro dividido em caracterização de Bonito e do COMTUR, pontos críticos da gestão do sistema turístico local e da gestão do COMTUR e o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR. O segundo é o detalhamento do planejamento estratégico do COMTUR.

Conforme se viu no início do capítulo, o modelo de gestão do turismo em Bonito é baseado numa gestão sistêmica, com participação de todo o *trade* e comunidade. Portanto o sistema turístico local do município trata-se de uma cadeia produtiva formada por inúmeros prestadores de serviços que buscam atender e superar as expectativas dos visitantes, no que se refere à paz, tranquilidade e respeito. Mas o mais importante deste sistema está no envolvimento da comunidade, que busca a harmonia da utilização dos recursos naturais, para alcançar a sustentabilidade.

Outro ponto forte do sistema está na limitação diária do número de visitantes nos atrativos e o acompanhamento obrigatório de guias de turismo credenciados pela EMBRATUR. Recordando, a OMT (2001) classifica a capacidade de carga em quatro, pois a sua aplicação contribui para uma utilização mais adequada dos recursos naturais. O acompanhamento do guia contribui para a educação ambiental e consciência da preservação do meio ambiente, incentivando o turista a conhecer as potencialidades da natureza.

Com relação aos pontos críticos da gestão do sistema turístico local são: impactos da sazonalidade da demanda de serviços turísticos e ausência de definição de público-alvo. Os pontos críticos da gestão do COMTUR são: ausência de definições organizacionais (doação de material de divulgação para agências de turismo local; solicitação de apoio financeiro; participação em feiras e eventos; calendário anual de reuniões ordinárias; planejamento anual; calendário eleitoral e modificação do regimento interno).

No planejamento estratégico são definidas duas áreas de apoio: turismo e meio ambiente, onde são delimitadas as ações:

Turismo	Meio Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> · Buscar novas formas de arrecadação de recursos para o FUMTUR; · Buscar apoio financeiro, público e/ou privado, para a implantação do Plano de Manejo das Grutas do lago Azul e Nossa Sra. Aparecida; · Dialogar com instituições municipais, estaduais e federais responsáveis pela gestão da Gruta do Lago Azul, sobre a necessidade de aumento de seu valor; · Fomentar campanha para reativação da Associação de Bares, Restaurantes e Similares; · Levantar as necessidades profissionais dos segmentos organizados; · Promover cursos nas áreas diagnosticadas; · Criar ficha de avaliação da satisfação do visitante da Gruta do Lago Azul; · Promover o acompanhamento e análise mensal de todos os dados estatísticos recolhidos; · Providenciar tombamento histórico de atual sede do COMTUR; · Traçar um Planejamento de Marketing Municipal; · Traçar uma Política de Baixa Temporada; · Definir real importância do carnaval para Bonito. 	<ul style="list-style-type: none"> · Apoiar financeira e culturalmente ações de preservação promovidas por entidades ambientais públicas ou privadas; · Cobrar ações e respostas, constantemente, sobre questões ambientais dos órgãos e/ou entidades responsáveis; · Acompanhar acontecimentos locais desta área; · Acompanhar modificações legais desta área; · Apoiar programas de Educação Ambiental, municipais, estaduais, federais ou particulares.

Tabela 9: Ações de turismo e meio ambiente
Fonte: Trevelin, 2003, p. 31.

Com estas ações a COMTUR, detectou que setores deveriam agir para desenvolver um turismo sustentável na região. Portanto no início do segundo

semestre foi realizado a avaliação e análise da implantação do planejamento estratégico para identificar que ações foram cumpridas e quais deixaram de ser implantadas e por que.

Destaca-se, que o planejamento está ligado a fatores internos e externos, por isso, a necessidade de condicionar o monitoramento e reformulação. Um novo plano condizente as mudanças e acontecimentos contribuem para atingir os objetivos.

Mediante a avaliação e análise, foi possível rever conceitos e adequar o plano à realidade e a necessidade da COMTUR e da comunidade. Por isso nos capítulo 3 e 6 enfatizou-se a importância do monitoramento e da retro-alimentação.

Baseados na análise do planejamento e seus níveis de eficácia foram criados três níveis sistêmicos de administração – ambiente macro, micro e interno. Onde o macro é o contexto local (pontos forte e fraco), micro é o COMTUR (pontos forte e fraco) e o interno é o planejamento estratégico.

Contexto local	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade em busca organizada da melhoria da qualidade de vida - através de Associações, Fóruns (ex.: <i>Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável</i>) e Conselhos; - Desenvolvimento da cultura do associativismo; - Instalação e funcionamento da primeira faculdade do município; - Publicidade espontânea de Bonito e região na mídia nacional (<i>tv, jornais e revistas</i>); - Política ambiental mais restritiva com fiscalização mais rigorosa; - Políticas públicas estaduais de turismo voltadas para participação ativa em feiras e eventos nacionais e internacionais; - Cursos oferecidos pelo SEBRAE e SENAC continuamente; - Atividades contínuas do PRODETUR SUL. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de esgotamento sanitário insuficiente; - Sistema de coleta e armazenamento de resíduos residenciais e comerciais inadequados; - Elevado índice de analfabetismo na comunidade (maior do Estado do MS); - Desenvolvimento e fortalecimento de outros destinos de ecoturismo no país; - Fortes impactos negativos da sazonalidade turística; - Baixa qualidade de serviços turísticos oferecidos; - Valores de atividades turísticas acusados de abusivos; - Segmentação marcante de atividades turísticas; - Número excessivo de reuniões e encontros em função do grande número de Associações, Fóruns e Conselhos; - Informações e ações fragmentadas e sem sucesso; - Ausência de planejamentos e estabelecimento de metas nas Associações, Fóruns e Conselhos; - Sensação de frustração diante do insucesso.

Tabela 10: Ambiente macro - Contexto local

Fonte: Trevelin, 2003

Conselho Municipal de Turismo	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Representatividade de diferentes setores ligados ao turismo – iniciativa privada e poder público; - Processos internos democráticos; - Elevado status municipal, regional e nacional; - Recursos financeiros relevantes; - Participação ativa dos Conselheiros durante as reuniões; - Interesse dos Conselheiros em colocar em prática o Planejamento; - Criação da comissão para feiras e eventos; - Melhorias na infra-estrutura de recebimento de visitantes no Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, como sinalização e primeiros-socorros; - Cumprimento de calendário de reuniões quinzenais; - Aplicação de ficha de avaliação da satisfação do visitante no Monumento Natural da Gruta do Lago Azul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Doações financeiras acima do estipulado; - Não reformulação do Regimento Interno; - Ausência de busca de novos recursos para o FUMTUR; - Não cumprimento de ações na área de turismo; - Não cumprimento da política de distribuição de folders para agências locais; - Não divulgação dos períodos de mandato dos Conselheiros. - Falta de divulgação das ações do COMTUR na própria comunidade; - Entendimento equivocado da comunidade sobre os objetivos do COMTUR; - Falta de conhecimento e experiência dos Conselheiros em gestão participativa e planejamento de metas; - Falta de comunicação entre os Conselheiros e suas respectivas Associações; - Falta de comprometimento e envolvimento dos conselheiros com o Planejamento Estratégico desenvolvido para 2003.

Tabela 11: Ambiente micro – Conselho Municipal de Turismo
 Fonte: Trevelin, 2003

A criação dos pontos fortes e fracos do contexto local e do COMTUR, facilita a visualização das necessidades e fortalezas de cada setor. Assim, no momento de focar as fraquezas, torna-se mais fácil, no sentido de estabelecer medidas que auxiliam políticas e uma maior possibilidade de melhoria do processo para estruturação da gestão.

A reestruturação do planejamento estratégico surge, devido à consciência sobre a falta de um envolvimento contínuo no primeiro semestre de 2003, e também para rever conceitos e posicionamentos dentro da própria organização.

Mediante o exposto, fica claro que a gestão do turismo de Bonito, está baseada nas premissas do sistema turístico e num planejamento integrado e local. A forma de Bonito trabalhar o turismo baseado na teoria de sistemas, vai de encontro com os estudos de Beni (2001), detalhado no sub-item 3.3.1.1, onde o SISTUR é o conjunto de partes que integram de modo a atingir um determinado fim.

Considera-se que a implantação de um planejamento integrado poderá melhorar consideravelmente a situação atual de Cururupu, ou com a execução do Plano Maior no município dadas as potencialidades existentes.

Mediante os pontos fortes e fracos destacados pelo PDSB, elenca-se as diferenças entre o Plano Maior e o PDSB, nos quesitos: 1 – participação efetiva da comunidade; 2 – envolvimento do conselho municipal de turismo; 3 – retro-alimentação; 4 – troca de experiência com outros municípios; 5 – envolve outros setores. Essas diferenças estão ligadas principalmente aos indicadores do turismo sustentável.

Sabe-se que há uma diferença de aspectos entre o Plano Maior e o PDSB. Pois o Plano Maior trata-se diretamente de um plano de turismo (a longo prazo, estadual, estratégico e público), enquanto o PDSB (médio prazo, estratégico e local) articula-se com outros setores. Vale destacar que o PDSB direciona para a criação de planos de ação, facilitando o seu desenvolvimento e aplicação mais eficaz das metas e objetivos.

Enquanto o turismo em Bonito segue na forma de “teia” de aranha, onde os agentes participativos conectam-se em forma de rede, no Plano Maior, há uma separação das ações e dos setores. Além dos pólos turísticos não compartilharem suas dificuldades. Outro fator que dificulta o desenvolvimento sustentável não só em Cururupu, mas em todos os municípios do Plano Maior, é a falta de interação, de visão e participação cativa das Secretarias Municipais de Turismo, em convergirem a uma direção de gestão sistemática e criarem planos locais de turismo, baseados do Plano Maior.

Desta maneira o Plano Maior, estaria integrado com as necessidades, e então em constante “absorção” das necessidades e desejos da comunidade.

Se compararmos o Plano Maior com o PDSB, percebe-se que o PDSB detém a forma de como será gerido o município, e como eles pretendem que seja a partir da visão da comunidade e do setor privado. Caso diferente do Plano Maior, que é uma iniciativa pública, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Estes dois fatores são positivos, e se reunidos em um só (desejo da comunidade e dos setores privado e público) tornam-se aliado para o desenvolvimento sustentável. Pois o desenvolvimento sustentável está conectado a todos os setores (assim como um sistema / rede). Logo, se o Plano Maior, fosse condizente ao seu nome “maior” (atingindo todos os setores), poderia se transformar em um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão, com vistas a trabalhar integradamente com o turismo, meio ambiente, saúde, cultura, infra-estrutura, educação, etc.

Dessa maneira o desenvolvimento sustentável tanto em Cururupu, como no Maranhão, estaria articulado aos preceitos destacados por Wigth (2002): processo de mudança; direção de investimentos; não é um estado fixo; desenvolvimento tecnológico; consiste no futuro, baseado nas necessidades presentes; mantenedor do processo ecológico e biológico e equilíbrio social, cultural e econômico, que são temas centrais que dão suporte para um desenvolvimento sustentável.

No capítulo 6, registrou-se os indicadores ambientais e os do turismo sustentável, onde os objetivos do Plano Maior estão ligados ao desenvolvimento turístico sustentável, portanto se verificarmos o conceito acima com os indicadores, a relação entre eles é mínima. Mas se destacarmos os objetivos do Plano Maior com os indicadores, há semelhanças, pois lembrando Ruschmann (2004), onde ela aborda a questão do modelo universal, e Cooper et al. (2001) destacam que os indicadores são adaptáveis de acordo com a própria situação. Baseando-se nestas afirmações, destaca-se que o Plano Maior pode ser descrito como um fator de implantação do turismo sustentável, atendendo às exigências dos indicadores. Mas ressalta-se que para isso, o Plano Maior deve ser concretizado.

O Plano Maior é somente uma ferramenta de incentivo estadual, para que o setor municipal compreenda o sentido e a importância do planejamento para o desenvolvimento sustentável do turismo. Outros planos devem ser criados pelo governo estadual, com vista a um desenvolvimento sustentável, para que o Maranhão cresça baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Assegurar o desenvolvimento turístico sustentável em UC exige os procedimentos do plano de turismo específico para cada UC, conforme se observou no sub-item 2.2.5, e também são considerados os indicadores, a capacidade de carga e um modelo de plano que atenda todas estas exigências. Assim o quadro 5 (capítulo 6), na parte operacional destaca-se com nove planos, que ligados, conhecem os objetivos e as necessidades de cada.

Se compararmos o quadro 5 com o Plano Maior, encontra-se algumas diferenças que o Plano Maior não especifica ou não contém. Esses itens que não estão no Plano Maior podem acarretar problemas futuros no momento de sua implantação. Como o caso do plano para unidades de conservação, já que a maioria dos pólos são UC. A criação desse plano traria informações importantes sobre a

região, e como esta poderia envolver-se no turismo sem ocasionar problemas ambientais e sociais.

Outro ponto que se pode elencar é o pré-diagnóstico que não se constitui na estrutura do Plano Maior, pois este possibilita ao planejador o conhecimento de necessidades, desejos e informações da comunidade e de órgãos da região, sobre a importância do turismo para eles e como estes percebem a inserção do turismo.

Por último, pode-se dizer que análise dos impactos econômicos, sociais e ambientais e o acompanhamento e controle do plano também não aparecem no Plano Maior. Diferentemente do PDSB que no mesmo ano realizou um plano estratégico para identificar o andamento do plano e quais as falhas estavam acontecendo para que pudessem corrigir, além de injetar informações atuais e relevantes que contribuem para o alcance das metas e dos objetivos.

Estes são os elementos que não se encontram no Plano Maior ao basear-se com o quadro 5. Pois estes fatores levantados contribuem também para o desenvolvimento sustentável e para um envolvimento da comunidade na implantação do plano.

Com base nos itens acima, elenca-se alguns atributos que servem para identificar o desenvolvimento turístico sustentável em Bonito e Cururupu:

Atributos	Municípios	
	Bonito	Cururupu
Plano de Desenvolvimento Sustentável ou Plano de Turismo	PDSB e Plano Estratégico do COMTUR	Plano Maior
Plano Diretor	Sim	Em elaboração
Políticas municipais de turismo	Sim	Não
Participação em feiras de turismo	Sim	Não
Atrativos turísticos diferenciados	Sim	Sim
Comunidade envolvida com a atividade turística	Sim	Não
Secretaria de Turismo	Sim	Sim
Voucher Único	Sim	Não
Controle do fluxo de visitantes	Sim	Não
Profissionais qualificados para atuar com turismo	Sim	Não
Infra-estrutura básica (saneamento, etc.)	Sim	Sim (precário)
ZEE	Não	Sim
Educação ambiental	Sim	Sim
Plano de Manejo	Sim (Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida)	Sim (Parcel de Manoel Luis)
Unidade de conservação	Sim (Parque Nacional da Serra da Bodoquena)	Sim (APA das Reentrâncias Maranhenses e Reserva Extrativista de Cururupu)
Ecosistema preservado	Sim	Sim
ONG's atuantes	Sim	Sim
Coleta de lixo	Sim (precário)	Sim (precário)
Associação de guias de turismo	Sim	Não
Associação de entidades diversas ligadas ao turismo (hotel, agência, comércio, etc.)	Sim	Não
Atuação do IBAMA	Sim	Sim

Tabela 12: Comparação dos atributos dos municípios de Bonito e Cururupu

Essa comparação foi elaborada mediante os documentos do Plano Maior, PDSB, plano estratégico do COMTUR e dados dos sites dos governos do Mato Grosso do Sul e do Maranhão.

Na comparação entre os municípios percebe-se que muitas das ações que Bonito contém são referentes à participação ativa da comunidade, setor público e privado e entidades não-governamentais. Cururupu, se seguir este caminho, por meio da implantação do Plano Maior, e principalmente com as ações do macroprograma, conseguirá desenvolver um turismo sustentável, que venha atender as suas necessidades atuais e futuras.

Dentre os pontos fortes de Bonito, encontra-se uma grande parte deles como competitivo perante Cururupu e outros municípios que contemplam o Plano Maior, pois está à frente com relação a muitas ações que fazem parte do Plano Maior, mas que ainda não foram executadas.

Bonito possui um plano diretor, o que facilita aos governantes o diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, administrativa e política que orientam o governante com relação ao planejamento a ser realizado. Enquanto em Cururupu, este se encontra em fase de elaboração, prejudicando-o com relação às informações necessárias para criar políticas municipais de turismo, que é outro fator negativo no município.

A associação de guias de turismo, entidades diversas ligadas ao turismo e profissionais qualificados é outro quadro ausente em Cururupu, que mais é frente se percebe como ponto fraco do Plano Maior.

A ausência de representantes do setor privado em Cururupu contribui para que “não” haja pressão por esta classe, em divulgar os atrativos naturais, culturais e históricos, portanto não se vê participação em feiras de turismo para promover Cururupu, independentemente de alguma ação da Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão. Esse fator também está relacionado à falta de políticas municipais de turismo, que orienta à criação de planos de marketing para o município.

O ZEE é o único atributo que Bonito não dispõe, mas em compensação, a sua ausência não compromete (num sentido amplo) o desenvolvimento da região, pois outros fatores como o voucher, plano de manejo, ação do setor privado e comunidade contribuem para o monitoramento e delimitação do fluxo, preservando assim o ambiente natural.

O voucher único, se aplicado a Cururupu resolveria três problemas encontrados na tabela acima, o primeiro deles é o controle de fluxo, o segundo é a qualificação da mão-de-obra e o terceiro a infra-estrutura. Pois no primeiro caso, o voucher possibilita a Secretaria Municipal de Turismo um controle dos visitantes, assim eles poderiam identificar o perfil do turista e quantificar a capacidade de carga que determinado atrativo tem. O segundo relaciona-se a profissionais qualificados, pois com este documento, haveria a necessidade de educar os profissionais que fossem manusear o bilhete, e os que fossem monitorar os visitantes nos pontos turísticos. Terceiro está relacionado com a infra-estrutura, pois a partir da criação de um voucher que representa a compra de um produto adquirido, o visitante estaria

gerando divisas para a construção de equipamentos ou para a manutenção dos mesmos.

A participação de ONG's em locais de turismo favorece também na luta por um desenvolvimento mais equilibrado e que envolva a comunidade a participar de todo o sistema que abarca o turismo. Mais a frente percebe-se a atuação de ONG's em Cururupu, que junto com órgãos públicos atraem recursos e criam projetos voltados para o turismo e para o meio ambiente.

Cururupu pertence a uma APA e é uma Reserva Extrativista, pontos cruciais para proteger, instalar infra-estrutura e colocar recursos humanos para possibilitar oportunidades de turismo e lazer. Mas estas atribuições dependem de órgãos públicos. Por isso Bonito destaca-se, ao ter o envolvimento da comunidade e setor privado, que não esperam ações públicas, para concretizar as necessidades urgentes que o setor turístico carece.

De acordo com os objetivos do SNUC (ver capítulo 2), Cururupu deveria dispor de uma série de benefícios que hoje não fazem parte do cenário do município, deixando-o em desvantagem, por mais que este esteja inserido em uma UC. Essas unidades de uso sustentável que Cururupu está inserida deveriam possibilitar uma atuação mais forte do IBAMA em proteger o ambiente natural. A criação de postos de fiscalização em pontos estratégicos da região como: ilha dos Lençóis, ilha de São João e Porto de Pindobal são fundamentais para fiscalizar o movimento de pessoas na região.

A criação de planos locais para outros setores, como no caso do PDSB, ajudaria também na melhoria da infra-estrutura de Cururupu, resolvendo problemas como a educação, saúde, saneamento, entre outros.

Enquanto isso, Bonito continua em processo constante de trabalho para alcançar as metas estabelecidas pelo PDSB, o que contribui para uma constante injeção de dados que auxiliam o desenvolvimento sustentável.

Contraditoriamente, o que se percebe em Cururupu, são a carência e entendimento da comunidade e dos setores público e privado, em descobrir os benefícios do turismo para a região.

Mas algumas ações vem sendo difundidas, onde o governo municipal vem trabalhando para modificar esta postura, pois em parceria com o IBAMA – MA está procurando implantar as diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, com a criação e funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, além da

estruturação do Fundo Municipal de Meio Ambiente e a articulação com as demais secretarias e órgãos municipais, e também com a Agenda 21. (IBAMA, 2006)

Confirmando, destaca-se que (IBAMA, 2006, p. 01):

desde o final de 2000, o município de Cururupu lançou sua Agenda 21 Municipal, e uma série de compromissos na área ambiental foram instaladas por força da mobilização de dezenas de organizações locais, o apoio da Prefeitura e a participação de organizações externas como o Instituto do Homem, as Universidades Federal e Estadual do Maranhão e a Fundação Konrad Adenauer. Graças ao desenvolvimento da Agenda 21 local, justamente a que alcançou melhores resultados no Maranhão, o município foi contemplado pelo Programa Nacional de Resíduos Sólidos do Governo Federal, que financiou uma série de iniciativas voltados à solução do problema do lixo. O marco desse processo foi o Primeiro Fórum de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania de Cururupu, realizado em março de 2005 [...]. Então foram assinados convênios de cooperação com o Ibama, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão, a Secretaria de Agricultura, entre outros.

Iniciativas como estas ajudam a modificar os dados levantados na análise F.O.F.A. e na comparação com Bonito. A criação de convênios entre os órgãos responsáveis é o início de uma rede ou sistema, que busca gerir melhor os recursos para atingir a qualidade dos recursos naturais.

Outro ponto a ser destacado, é que o PDSB, foi elaborado para gerir o futuro do município nos próximos cinco anos, ou seja, após este período é realizado um novo plano com base nas necessidades atuais e futuras.

Nesse sentido, o Plano Maior, não deve concluir no prazo estimado de 2010, pois pode servir de direcionamento para o próximo gestor do Maranhão, no sentido de dar coordenada das ações concluídas e identificar novos objetivos, metas e ações que contribuam para o desenvolvimento turístico sustentável. É importante reordenar e realimentar o Plano Maior com dados atuais das necessidades da comunidade e entender que fatores são primordiais que o Plano Maior pode suprir.

Vale lembrar que manter-se em posição favorável é poder reunir as competências e torná-las competitivas a um nível de sustentabilidade e que seja rentável para o local. Nesse caso, Cururupu, através dos poderes municipais e entidades não-governamentais, buscam, mesmo que com recursos limitados e incentivos ainda isolados, um desenvolvimento baseado na proteção do meio ambiente.

Para atender os indicadores do turismo sustentável, o município de Cururupu, precisa conciliar suas competências de maneira sistemática e trabalhar a

sociedade e poder municipal em prol do desenvolvimento sustentável. Pois atingir os indicadores é tarefa complicada, pois necessita de união e planejamento eficiente e eficaz para a proteção das belezas da APA, e ter uma harmonia com outros setores que estejam ligados ao turismo.

Conforme se mencionou em capítulos anteriores, não há um padrão de roteiro de planejamento, mas sim, pontos gerais que devem ser mantidos para traçar um levantamento que direcione na situação desejada.

Mediante os indicadores centrais do turismo sustentável, pôde-se elaborar uma análise dos pontos fortes e fracos do Plano Maior, para identificar até que parte proposto pelo Plano, proporciona um desenvolvimento turístico e sustentável.

Plano Maior	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos centrados no desenvolvimento sustentável; - A longo prazo; - Delimitação e divisão de pólos; - Criação de macroprogramas; - Análise F.O.F.A. do Maranhão; - Participação do <i>trade</i> e comunidade na elaboração; - Promoção do Maranhão na mídia; - Elaboração de ações; - Incentivo a criação do ZZE; - Incentivo a criação de Plano de Manejo; - Incentivo a criação de plano diretor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência da comunidade nas fases II e III; - Ausência de integração dos municípios pertencentes aos pólos; - Atraso no cronograma; - Análise dos impactos ambientais e sociais provenientes do turismo não realizado; - Prestígio para alguns setores privados; - Ausência de um levantamento da capacidade carga dos atrativos; - Ausência de um gestor ou conselho regional em cada pólo, para vistoriar as ações; - Desconhecimento do Plano pela população maranhense; - Não há retro-alimentação de dados; - Ausência de projetos de turismo, específico para Unidades de Conservação.

Tabela 13: Pontos fortes e fracos do Plano Maior

Dos onze indicadores centrais do turismo sustentável, o Plano Maior desenvolve quatro (processo de planejamento, satisfação do consumidor, satisfação do local e contribuição turística para a economia local), que estão nos pontos fortes.

O ponto forte principal que não está na tabela, é a elaboração do Plano Maior, pois sem um planejamento adequado, o turismo cresce sem um ordenamento, pois Eagles et al. (2002) compreende o planejamento como um processo que envolve o futuro, dentro de uma alternativa plausível, que implementando suas estratégias e ações irão beneficiar os envolvidos. Ou seja, o planejamento nos muda do presente para o futuro.

Então, através da necessidade, os bonitenses perceberam a importância do planejamento do turismo, e tornaram o município frente a outros, por isso é visto como “modelo” neste sentido. A iniciativa de criar um conselho e de torná-lo centro

da atividade turística, com a participação de diversos agentes, transforma o turismo no elemento chave para o desenvolvimento da região.

Os pontos fracos do Plano Maior podem ser reduzidos ou eliminados a partir do que se enfatizou ao longo do estudo, no quesito retro-alimentação. Se o Plano Maior tivesse ao longo das 3 fases um período de absorção de novas necessidades e a criação de planos estratégicos de curto prazo, com a participação do setor privado e comunidade para discutirem como estes percebem a realização das ações e como estas estão afetando positivamente ou negativamente a localidade, muitos destes pontos fracos estariam fora do contexto que se levantou nesta tabela.

Outro ponto que se pode destacar ao analisar os pontos fracos do Plano Maior está na lacuna da parceria com a comunidade, onde problemas primários como ausência de um gestor “comunitário”, em centralizar as percepções da sociedade cururupuense, perante a concretização do Plano Maior, para então designar que ações estão beneficiando-os e as que podem melhorar.

No capítulo 3 descreveu-se a importância da comunidade no desenvolvimento local, onde é preciso buscar o apoio desde o início, para alcançarem resultados satisfatórios do desenvolvimento sustentável do turismo com base local. No Plano Maior detecta-se uma falha por este não incluir a comunidade no processo de desenvolvimento turístico das 3 fases, pois é evidente que valorizar a população local no processo de tomada de decisão e no planejamento integral do turismo, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável. Por mais que a comunidade esteja participando do desenvolvimento do pólo 4, esta participação é limitada, no sentido dos moradores estarem somente divulgando a cultura local.

A promoção do Maranhão na mídia é visto como ponto forte, mas em compensação, se não houver uma estruturação dos pólos para receber o visitante, o marketing realizado pode não ser benéfico, pois como se viu em capítulos anteriores, os turistas alocêntricos e psicocêntricos precisam de estrutura para que os satisfaçam. Então a visão destes turistas ao perceberem que a região não atende às suas exigências pode levar a um surgimento de “negativo” para o turismo da região.

O incentivo a criação de plano diretor nos municípios base dos pólos turísticos beneficia a comunidade com a criação de projetos que venham atender as

necessidades como saúde, educação, saneamento, projetos ambientais, etc. Mas a elaboração deste documento depende do gestor municipal estar a frente e implementá-lo para atingir os objetivos e atender as carências do município. O Plano Maior somente orienta no quesito de informar a necessidade de sua elaboração, mas não é o responsável direto de sua concretização.

A criação da análise F.O.F.A. do Maranhão, possibilitou a Marketing Systems obter resultados do estado que antes não estavam reunidos em um único documento. Por isso destaca-se este ponto como positivo, além de este contém informações atuais das condições que se encontram as estradas, os aeroportos, o fluxo de visitantes, etc. Por se tratar de uma análise macro, não foi possível identificar as franquias e oportunidades dos municípios que compreendem os cinco pólos. Mediante esta ausência, elaborou-se uma análise F.O.F.A. de Cururupu, que possibilitou elaborar as tabelas 12 e 13.

Wight (2002) diz que nem todo turismo é sustentável, pois o turismo sustentável envolve mudança qualitativa no desenvolvimento do produto turístico sem afetar os meios natural e cultural, mantendo e cuidando deles. Baseando-se neste conceito, percebe-se que o Plano Maior relaciona-se na questão ambiental e cultural, ao objetivar os mínimos impactos. Neste caso, podemos dizer que o Plano Maior cria condições de implantar um turismo sustentável em Cururupu, no momento que ele concretizar e finalizar todas as suas fases, objetivos e ações do macroprograma de desenvolvimento previstos.

Outro quesito são as ações do macroprograma de cada pólo, que estão relacionadas por município e suas necessidades, conforme visto no anexo 6. Além de que em cada pólo foi criado um modelo de desenvolvimento que promoverá a integração da comunidade com o local que reside.

Conclui-se então que implantar um turismo sustentável requer prazo e condições básicas (saúde, educação, entre outros) para que as comunidades, junto com os setores responsáveis, tenham consciência do valor dos atrativos existentes na região e juntos visem um desenvolvimento harmonioso com estes bens que pertencem à sociedade.

8 CONCLUSÃO

Mediante a industrialização e a falta de espaços verdes, vê-se a necessidade de um novo tipo de turismo que equilibre o fluxo de viajantes com o ecossistema. Surgindo então o turismo sustentável e o ecoturismo como fatores positivos que condicionam a um desenvolvimento sustentável da região.

Nesse contexto, surge o Plano Maior no Maranhão como ferramenta de desenvolvimento turístico sustentável para pólos turísticos, incluindo Cururupu, que será beneficiado com os objetivos, metas e ações do macroprograma de desenvolvimento no momento de sua implantação.

As políticas públicas de turismo, a criação e implantação de planos de turismo, a participação da comunidade e setor privado, a criação de leis ambientais e o controle do fluxo por meio da capacidade de carga se integrados, contribuem para o desenvolvimento turístico sustentável. Todos esses fatores são importantes para a implantação de um turismo sustentável numa localidade. Pois a partir do momento que o sistema está interligado, todos os setores discutem e colaboram para equilibrar e encontrar soluções para um desenvolvimento qualitativo.

Após ter-se definido e examinado os conceitos fundamentais que envolvem o desenvolvimento sustentável do turismo a nível estadual (Plano Maior), confrontando com os indicadores do turismo sustentável e com o PDSB, responde-se então a questão deste estudo: quando comparamos os indicadores do turismo sustentável com os objetivos e metas do Plano Maior, percebe-se que os mesmos estão alinhados, ou seja, o Plano Maior está relacionado aos indicadores. Mas também identifica-se que o Plano Maior somente implantará um turismo sustentável em Cururupu no momento que o mesmo concretizar todas as suas ações do macroprograma de desenvolvimento e também dos outros macroprogramas. Desta forma, Cururupu poderá vir a trabalhar sustentavelmente o turismo na sua área de proteção ambiental, compartilhando com a comunidade, agentes e turistas um turismo de qualidade e que atende as expectativas e exigências dos indicadores.

Mediante todas as colocações, buscou-se atingir os objetivos deste trabalho conforme se descreve:

- As metas, objetivos e os macroprogramas de desenvolvimento são fatores de implantação de turismo sustentável mediante os conceitos dos

indicadores do turismo sustentável. Mas sem a aplicação do Plano Maior e da participação ativa dos agentes no município e da comunidade de Cururupu, não há como promover o turismo sustentável, sem que o Plano Maior concretize principalmente seus objetivos e ações do macroprograma em Cururupu;

- Baseando-se no PDSB, percebe-se uma falha na elaboração do planejamento estratégico do turismo local, pois a forma *top-down* utilizada, excluiu de certa forma a participação da comunidade na integração do turismo. Houve um desencontro entre os postulados e do Plano Maior com os rumos com que o turismo vem tomando em Cururupu.

- O binômio do desenvolvimento local e o turismo sustentável surtiram efeitos na região estudada uma vez que algumas formas de turismo existentes na região não são decorrentes das exigências de um turismo sustentável preconizado pelo Plano Maior.

- As ações do macroprograma de desenvolvimento são projetos que irão estruturar Cururupu, para que o município tenha capacidade de receber turistas, de maneira qualitativa. Pode-se dizer que a maioria das ações está relacionada aos princípios do desenvolvimento sustentável, uma vez que esses têm relação com: planejamento que envolve a comunidade, setor público e privado; a população se beneficia com o turismo; incentivo a criação de ZEE e plano de manejo;

- O Plano Maior pretende implantar um turismo sustentável em Cururupu, a partir do modelo de desenvolvimento do pólo e das ações dos macroprogramas;

- A criação do ZEE-MA contribui para a divulgação do potencial ambiental que a região possui além de informar a comunidade local e internacional o seu patrimônio natural como fator de desenvolvimento, se trabalhado sustentavelmente;

- As metas e objetivos do Plano Maior atendem em parte as necessidades da população cururupuense, uma vez que a meta prevê o aumento do fluxo de visitantes, conseqüentemente atraindo investimentos para a região, gerando emprego e renda. Já os objetivos conduzem a uma satisfação do cidadão mediante a implantação do Plano Maior;

- O município de Cururupu, está lentamente aderindo o turismo no seu processo de desenvolvimento através da elaboração de seminários, educação ambiental e parcerias com órgãos públicos e entidades não-governamentais para criar condições de preservar o meio ambiente com o advento do turismo.

Conforme levantado, os pólos turísticos do Maranhão em sua maioria são pertencentes à UC, neste caso, o Plano Maior deveria concentrar seu conceito central de desenvolvimento dos pólos de “natureza” em alguns objetivos do SNUC, conciliando seus objetivos com o proteger, recuperar e valorizar a diversidade biológica.

Após estas observações a análise F.O.F.A. de Cururupu contribui para esclarecer como suas competências são um forte aliado e ao mesmo dependente de projetos turísticos voltados para o turismo sustentável.

Já a experiência da forma sistêmica, discutida no PDSB, favorece para o desenvolvimento sustentável, quando este plano trabalha a questão da integração do município, ou seja, o poder municipal, juntamente com todos os agentes reunidos em prol de objetivos e desejos que os satisfaçam hoje e no futuro.

Finalmente, vê-se que o turismo proposto pelo Plano Maior ainda não teve deslancho, devido à falta de aplicação das metas, objetivos e ações previstas para a implantação dos macroprogramas. Por um lado, esta ausência pode ser vista como positiva do lado preservacionista. Pois com um fluxo pequeno de turistas na região, a depredação do meio ambiente e a inserção de novas culturas, mantém a originalidade dos atrativos. Mas também o desenvolvimento previsto pelo Plano não ocorre, deixando a população carente de progredir (qualificação de mão-de-obra, renda e visão empreendedora) juntamente com o turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes et al. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson, 2003.

ANSARAH, Marília G. dos Reis. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: 2001. 2 v.

ARAÚJO, Elizângela. Mergulho no Parcel Manuel Luís. **O Imparcial**, São Luís, p. 13, 1 abr. 2001.

BANCO DO NORDESTE. **Prodetur/NE: informações básicas**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/visao/gerados/prodeturvisaoinformbasica.asp>> Acesso em: 1 nov. 2005.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. cap. 2.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. A política do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.) **Como aprender turismo como ensinar**. São Paulo: Atlas, 2000a. v. 1, cap. 7.

_____. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. cap. 6.

_____. Política e estratégia do desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, Beatriz H. G. ; MILONE, Paulo C. (Org.) **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000b. cap. 15.

BELTRÃO, Otto di. **Turismo: a indústria do século XXI**. Lorena, SP: Stiliano, 1999.

BOITEUX, Bayard ; WERNER, Maurício. **Planejamento e organização do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

BRASIL. Decreto nº 55/66, de 2 de junho de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de jun. 2004. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico da Floresta dos Guarás no Maranhão**. Desenvolvido por Webmaster. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sds/zee/florest/capitulos/1.html> Acesso em 08 jun. 2001.

CARTA del turismo sostenible. 1995. Disponível em: <www.insula.org/cartuir.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COMISSÃO DE BRUNDTLAND. **O que é desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/temas/desenvolvimento_sust/o_que_e.php>. Acesso em: 4 jun. 2006.

COOPER, Chris. Sustainability and tourism visions. In: BARBOSA, Luiz G. M. ; ZOUAIN, Deborah M. (Org.) **Gestão do turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas**. São Paulo: Aleph, 2004. cap. 20.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CUNHA, Sieglinde K. ; CUNHA, João C. da. Modelo sistêmico para avaliação do impacto do turismo no desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: ANPAD, 2005.